# DELIBERAÇÃO AC02 - G.ODJ - 235/2016

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/20129/2014 |
| **PROTOCOLO** | : 1473285 |
| **ÓRGÃO** | : PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ/MS |
| **RESPONSÁVEL** | : WALLAS GONÇALVES MILFONT |
| **CARGO DO RESPONSÁVEL** | : PREFEITO |
| **ASSUNTO DO PROCESSO** | : PROCEDIMENTO LICITATÓRIO |
| **MODALIDADE DA LICITAÇÃO** | : PREGÃO PRESENCIAL N. 70/2013 |
| **OBJETO** | : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE |
| **EMPRESAS ADJUDICADAS** | : C.R.A GOMES DE OLIVEIRA & CIA LTDA-ME E S.G. DA SILVA MELLO E CIA LTDA-ME |
| **RELATOR** | : CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO |

## I – EMENTA

**PREGÃO PRESENCIAL. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. LEGAL E REGULAR. APROVADO POR UNANIMIDADE.**

## II - RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 70/2013 (1ª fase), realizado pelo Município de Itaporã, tendo como ordenador de despesas o Sr. Wallas Gonçalves Milfont, prefeito municipal.

O objeto da licitação refere-se à aquisição de materiais de expediente para atender as secretarias municipais.

O certame foi adjudicado às empresas C.R.A Gomes de Oliveira & Cia Ltda-ME e S.G. da Silva Mello e Cia Ltda-ME.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo, por meio da Análise ANA-4ICE-2029/2014 (peça 17), manifestou-se pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-MPC-GAB.6 DR.TMV-3003/2014 (peça 18), opinou pela legalidade e regularidade do Pregão Presencial n. 70/2013.

## III – VOTO

Compulsando os autos, verifica-se que os procedimentos para a realização da licitação foram examinados pela unidade técnica da 4ª ICE e estão em conformidade com a Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer do

Ministério Público de Contas e **VOTO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 70/2013, realizado pelo Município de Itaporã, representado pelo Sr. Wallas Gonçalves Milfont, prefeito municipal, com fundamento no art. 120, I, "a", c/c o art. 122, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma do art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS;

3. pela **remessa** dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para subsidiar a análise das contratações dele decorrentes.

## IV – DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Iran Coelho das Neves, na 8ª Sessão Ordinária, de 12 de maio de 2015, na conformidade da Ata de Julgamento n. 8, por unanimidade de votos, nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, em declarar a **LEGALIDADE E REGULARIDADE** do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 70/2013, realizado pelo Município de Itaporã, representado pelo Sr. Wallas Gonçalves Milfont, prefeito municipal, com fundamento no art. 120, I, "a", c/c o art. 122, II, do RITC/MS. DISCUSSÃO: Nesta oportunidade ninguém fez uso da palavra. DECISÃO: Aprovado, por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro Relator;

Participaram do julgamento: Excelentíssimo Senhor Presidente Iran Coelho das Neves; Excelentíssimo Senhor Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira; Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas João Antônio de Oliveira Martins Júnior, representante do Ministério Público de Contas; e o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, relator.

Campo Grande, 16 de setembro de 2016.

**OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Conselheiro - Relator**

izfn